

ESCOLA PARTICULAR

siesp

• ANO 19 • Nº 222
SETEMBRO DE 2016

PUBLICAÇÃO MENSAL DO SINDICATO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO NO ESTADO DE SÃO PAULO



A
BRINCADEIRA
NÃO DEVE SER APENAS
NO INTERVALO





A APRENDIZAGEM DE VALORES E A PEDAGOGIA DO CONFLITO

Essa discussão começa com o entendimento de que, ao contrário do que temos ouvido e lido nas mídias sociais, tanto família quanto escola educam e ensinam. O que as diferencia é o contexto e a natureza do processo. A família educa e ensina no contexto privado, focando o desenvolvimento da personalidade do ser individual, tendo como maior objetivo, a autorregulação. O papel específico da família é criar pertencimento e individualização. Todos precisamos ter referências, pertencer a um grupo familiar, assim como a sensação de sermos aceitos como um indivíduo singular. A escola educa e ensina no contexto público e coletivo, focando o desenvolvimento da personalidade do ser social. O principal papel específico da escola é o desenvolvimento do senso de coletividade e da autonomia intelectual.

Uma vez clareados os papéis, precisamos alinhar que valores são princípios revestidos de afetividade. Não enganar as pessoas é um princípio moral que só se transforma num valor pessoal quando se torna vivencialmente forte para alguém. Logo, valores morais são subjetivos, pois dependem do nível de afetividade atribuída ao princípio para que se torne um valor pessoal. A fidelidade, por exemplo, é um

princípio moral que só se torna um valor para mim na medida em que eu trave com ele uma relação afetiva, ou seja, na medida em que ser fiel passe a ser emocionalmente importante para mim. A partir desse ponto, duas perguntas se fazem necessárias: (1) de que maneira podemos favorecer o desenvolvimento de valores morais em crianças e adolescentes? E (2) qual o papel da escola nesse contexto?

Presenciei, certa vez, uma cena que ilustra bem a primeira questão. Numa festa de aniversário, um menino de aproximadamente sete anos tentava convencer outro de cerca de cinco a entrar no elevador para ir ao parquinho do prédio. O mais novo dizia, convicto, “*não pode, minha mãe disse para eu não sair daqui!*” e, por mais que o mais velho insistisse dizendo que seria rapidinho e que ela nem iria notar, o menor não se rendeu e acabou correndo ao encontro da mãe, como quem busca socorro. Esse menino, provavelmente, desenvolveu o valor “obediência” e não consegue traí-lo, pois aprendeu que desobedecer a mãe traz sensações que ele não quer experimentar (e não estamos aqui falando de medo de castigo, mas sim de sensação de decepção consigo mesmo). Uma vez que desenvolvemos um valor moral, sentimo-nos

mal ao traí-lo. Alguém que tenha a honestidade como um valor pessoal, não consegue dormir direito quando percebe que recebeu troco a mais no mercado, o que, para outro que não desenvolveu tal valor provoca sensação de “ter se dado bem”. Logo, desenvolvemos valores através da vivência de conflitos que nos proporcionam experiências emocionais capazes de transformar um princípio moral em valor.

Algumas pesquisas apontam que o desenvolvimento moral ocorre numa relação direta com a qualidade das relações que se apresentam nos ambientes sociais em que a criança vive. Quanto maior o nível de cooperação existente, mais rapidamente a criança desenvolve autonomia. Quanto mais autoritário é o ambiente, maior a chance de desenvolvimento da heteronomia. Isso quer dizer que os valores morais nascem de convicção pessoal e não de vigilância ostensiva. Podemos, então, afirmar que a melhor maneira de facilitar o desenvolvimento de valores em crianças e adolescentes é oportunizar-las a vivência de situações conflitivas, geradoras das emoções necessárias para o desenvolvimento dos valores morais.

Está montado o cenário para a “Pedagogia do Conflito”, essencial para o de- >>>



A essência do ato educativo reside no desenvolvimento da autonomia social, que por sua vez pressupõe a internalização de valores morais básicos

envolvimento de valores na escola. Os conflitos são partes inerentes a todas as relações humanas e precisam ser encarados como tal. Fugir dos conflitos é subtrair das pessoas a oportunidade de construir ou de reconstruir relações afetivas com os princípios morais. Com base nessa Pedagogia, a escola precisa considerar os conflitos como parte do currículo e ter uma postura pedagógica com relação a eles. Entendemos por postura pedagógica, a atitude de explorar o conflito, buscando incluir todos os envolvidos na busca da solução e ressaltando as aprendizagens resultantes desse processo.

Historicamente, os conflitos são vistos pela escola de forma negativa e danosa ao seu bom funcionamento. Diante dessa concepção, a escola procura ora evita-los, ora resolvê-los da forma mais rápida possível. Para evitar os conflitos, a escola elabora regras, instala câmeras, aumenta a quantidade de inspetores de disciplina, tranca armários e salas de aula, ameaça, coage, etc. Com o propósito de resolver os conflitos da maneira mais rápida possível, a escola responsabiliza apenas a família, encaminha para especialistas, busca soluções prontas, intensifica mecanismos de contenção e punição, etc. A essência do ato educativo reside no desenvolvimento da autonomia social, que por sua vez pressupõe a internalização de valores morais básicos. A prática nos mostra que os mecanismos

de controle utilizados cotidianamente na escola somente “funcionam” de forma temporária e, além de reforçarem a heteronomia, contribuem para agravar o problema. Em longo prazo, o uso exclusivo de mecanismos de controle forma jovens com baixo índice de habilidade social, com dificuldades para argumentar, para ser contrariado e tomar decisões.

Em última análise, o desenvolvimento de valores morais por parte da escola requer que os professores e toda a equipe gestora reveja profundamente suas concepções sobre indisciplina, em especial a forma de encará-la. Numa concepção tradicional e anacrônica, a indisciplina é algo antinatural, que precisa ser urgentemente contida e evitada. A concepção construtiva da indisciplina concebe-a como algo natural, uma oportunidade para desenvolver a autonomia e as habilidades socioemocionais que requer planejamento institucional, de classe e individual, além da utilização de estratégias específicas para fazer dos conflitos momentos de aprendizagem. As assembleias de turma e os círculos restaurativos são estratégias que tem se revelado eficazes para esse fim.

Os conflitos, enquanto dimensão natural ao relacionamento humano, passam a ser estratégias para o desenvolvimento de valores morais em crianças e jovens. As situações de conflitos oferecem sinais sobre o que precisam aprender. A Pedagogia

do Conflito não visa a resolução do conflito, mas sim o processo de busca de soluções, a forma com que os problemas serão enfrentados e o que pode ser aprendido com tudo isso.

Segundo Telma Vinha, professora da UNICAMP, “De acordo com essa perspectiva, ao invés de o professor gastar seu tempo e energia tentando preveni-los, deve-se aproveitá-los como oportunidades para auxiliar os alunos a reconhecerem as perspectivas próprias e as dos outros e aprenderem, aos poucos, como buscar soluções aceitáveis e respeitadas para todas as partes envolvidas”. Como toda ação educativa, a gestão dos conflitos visando o desenvolvimento de valores precisa ser planejada, dando ênfase à leitura dos conflitos mais frequentes; às principais necessidades de aprendizagem por parte dos alunos e às metodologias que poderão ser empregadas. A aprendizagem de valores através da solução de conflitos pode ser considerada eficaz quando o processo minimiza ou elimina as causas que geraram os conflitos. ●



Júlio Furtado
Mestre em Educação pela UFRJ.
Pós-graduado em Orientação
Educativa. Doutor em Ciências
da Educação e Diplomado em
Psicopedagogia pela Universidade
de Havana, Cuba. Graduado em
Pedagogia. juliofurtado.com.br